ReGeo ISSN: 2177-3246

OS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NO EXTREMO SUL DA BAHIA: TRABALHO E CONTRADIÇÕES NA REGULAÇÃO EDUCACIONAL

MUNICIPAL EDUCATION PLANS IN THE EXTREME SOUTH OF BAHIA: WORK AND CONTRADICTIONS IN EDUCATIONAL REGULATION

LOS PLANES MUNICIPALES DE EDUCACIÓN EN EL EXTREMO SUR DE BAHÍA: TRABAJO Y CONTRADICCIONES EN LA REGULACIÓN EDUCATIVA

https://doi.org/10.56238/revgeov17n9-075

Data de submissão: 16/08/2026 **Data de publicação:** 16/09/2026

Eliezer Vieira Lima
Mestre em Educação
Instituição: Universidade Estadual da Bahia (UNEB)
E-mail: eliezermestrado@gmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8752004916324955

Elizete Caires Barros Martins
Mestranda em Educação
Instituição: Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
E-mail: lizetecaire@hotmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/4372214285232366
Orcid: https://orcid.org/0009-0000-0175-8014

Manoel Silva Duarte
Mestrando em Educação Ciências e Matemática
Instituição: Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
E-mail: mandumat@gmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/3647831967900302
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-0856-0988

RESUMO

Este artigo analisa os processos de monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação (PMEs) nos municípios de Teixeira de Freitas, Medeiros Neto e Jucuruçu, no Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia. Fundamentada no Materialismo Histórico-Dialético, na Pedagogia Histórico-Crítica e na Análise de Conteúdo de Bardin (2016), a pesquisa caracteriza-se como qualitativa e documental, tendo como corpus os PMEs e os respectivos relatórios de monitoramento produzidos entre 2018 e 2023. A análise concentrou-se na relação entre a Meta 1, voltada à ampliação da Educação Infantil, e a Meta 7, referente à melhoria da qualidade da educação básica. Os resultados evidenciam que o monitoramento privilegia indicadores de desempenho, em consonância com a lógica do Estado Avaliador e da Nova Gestão Pública, enquanto desafios relacionados ao financiamento e à expansão da Educação Infantil permanecem condicionados às desigualdades territoriais. Evidencia-se, ainda, que os docentes integrantes das Comissões de Monitoramento assumem funções político-administrativas que intensificam o trabalho e ampliam processos de responsabilização. Conclui-se que os PMEs expressam a tensão entre planejamento democrático e regulação gerencial, convertendo o monitoramento em estratégia de gestão da escassez e de controle sobre o trabalho docente.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Regulação Educacional. Trabalho Docente.

ABSTRACT
This article analyzes the monitoring and evaluation processes of Municipal Education Plans (PMEs) in the municipalities of Teixeira de Freitas, Medeiros Neto, and Jucuruçu, located in the Extreme South Identity Territory of Bahia, Brazil. Grounded in Historical-Dialectical Materialism, Historical-Critical Pedagogy, and Bardin's (2016) Content Analysis, the study adopts a qualitative and documentary approach, using as its corpus the PMEs and their respective monitoring reports produced between 2018 and 2023. The analysis focuses on the relationship between Goal 1, aimed at expanding Early Childhood Education, and Goal 7, concerning the improvement of the quality of Basic Education. The findings show that monitoring practices prioritize performance indicators, in line with the logic of the Evaluative State and New Public Management, while challenges related to funding and the expansion of Early Childhood Education remain conditioned by territorial inequalities. The analysis also reveals that teachers serving on Monitoring Committees take on political-administrative responsibilities that intensify their workload and expand accountability processes. The article concludes that the PMEs express the tension between democratic planning and managerial regulation, transforming monitoring into a strategy for managing scarcity and exercising control over teachers' work.

Keywords: Public Policies. Educational Regulation. Teachers' Work.

RESUMEN
Este artículo analiza los procesos de monitoreo y evaluación de los Planes Municipales de Educación (PME) en los municipios de Teixeira de Freitas, Medeiros Neto y Jucuruçu, ubicados en el Territorio de Identidad del Extremo Sur de Bahía. Fundamentada en el Materialismo Histórico-Dialéctico, la Pedagogía Histórico-Crítica y el Análisis de Contenido de Bardin (2016), la investigación se caracteriza como cualitativa y documental, y tiene como corpus los PME y sus respectivos informes de monitoreo producidos entre 2018 y 2023. El análisis se centró en la relación entre la Meta 1, orientada a la ampliación de la Educación Infantil, y la Meta 7, referente a la mejora de la calidad de la educación básica. Los resultados evidencian que el monitoreo privilegia los indicadores de desempeño, en consonancia con la lógica del Estado Evaluador y de la Nueva Gestión Pública, mientras que los desafíos relacionados con el financiamiento y la expansión de la Educación Infantil permanecen condicionados por las desigualdades territoriales. Asimismo, se evidencia que los docentes que integran las Comisiones de Monitoreo asumen funciones político-administrativas que intensifican el trabajo y amplían los procesos de responsabilización. Se concluye que los PME expresan la tensión entre la planificación democrática y la regulación gerencial, convirtiendo el monitoreo en una estrategia de gestión de la escasez y de control sobre el trabajo docente.

Palabras clave: Políticas Públicas. Regulación Educativa. Trabajo Docente.

1 INTRODUÇÃO

A institucionalização do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014–2024 consolidou o planejamento educacional como eixo estruturante das políticas públicas brasileiras ao estabelecer metas voltadas à ampliação do acesso, à melhoria da qualidade da educação básica e à valorização dos profissionais da educação. Além de orientar ações governamentais, o PNE fortaleceu a articulação entre os entes federativos ao atribuir aos estados e municípios a elaboração, implementação e monitoramento de seus respectivos planos de educação (Dourado, 2017).

Nesse contexto, os Planos Municipais de Educação (PMEs) passaram a desempenhar papel estratégico na organização das políticas educacionais locais. Mais do que instrumentos técnico-administrativos, constituem mecanismos de regulação por meio dos quais se definem prioridades, distribuem-se responsabilidades e se estabelecem critérios para o acompanhamento das metas educacionais. Assim, o monitoramento dos PMEs configura-se como espaço de disputa entre diferentes concepções de gestão e de qualidade da educação pública.

A expansão da Nova Gestão Pública alterou significativamente essa dinâmica ao incorporar princípios como eficiência, eficácia, accountability e gestão por resultados aos processos de monitoramento. Como consequência, indicadores quantitativos passaram a ocupar posição central na avaliação das políticas educacionais, deslocando o debate das condições objetivas de oferta da educação para a mensuração do desempenho institucional (Afonso, 2000; Saraiva, 2020; Freitas, 2018).

No Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia, essas transformações assumem características próprias em razão das desigualdades sociais, econômicas e educacionais que marcam os municípios da região. Embora apresentem diferentes capacidades administrativas, Teixeira de Freitas, Medeiros Neto e Jucuruçu compartilham limitações relacionadas ao financiamento da educação e à implementação das metas previstas nos PMEs.

Parte-se da hipótese de que o monitoramento dos PMEs, embora concebido como instrumento de fortalecimento da gestão democrática, opera sob uma racionalidade predominantemente gerencial, deslocando para as Comissões de Monitoramento especialmente para os docentes que as integram a responsabilidade pelo acompanhamento de metas cuja efetivação depende de fatores estruturais que escapam à sua esfera de decisão. Tal dinâmica configura o que este estudo denomina gestão da escassez, caracterizada pela administração permanente dos limites impostos ao planejamento educacional.

Diante desse cenário, o artigo analisa a atuação das Comissões de Monitoramento dos PMEs nos municípios de Teixeira de Freitas, Medeiros Neto e Jucuruçu, buscando compreender como os

mecanismos contemporâneos de regulação educacional reconfiguram o trabalho político-administrativo docente e tensionam a relação entre planejamento, avaliação e garantia do direito à educação.

1.1 OS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTOS DE REGULAÇÃO

Os Planos Municipais de Educação constituem uma das principais expressões do planejamento educacional brasileiro no contexto de implementação do Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024). Entretanto, compreendê-los apenas como instrumentos normativos significa reduzir sua complexidade. Os PMEs configuram-se como mecanismos de regulação que definem prioridades, distribuem responsabilidades institucionais e estabelecem parâmetros para o acompanhamento das políticas educacionais.

Essa dimensão regulatória decorre da própria organização federativa da educação brasileira. Ao atribuir aos municípios a elaboração, execução e monitoramento de seus planos decenais, o PNE amplia a autonomia local, mas também fortalece mecanismos permanentes de acompanhamento das metas pactuadas. Conforme Dourado (2017), o planejamento educacional somente cumpre sua função democrática quando articulado ao financiamento, à gestão participativa e à capacidade institucional dos sistemas de ensino. Nessa perspectiva, os PMEs deixam de ser documentos neutros e passam a expressar concepções de Estado, de gestão pública e de qualidade da educação. Como assinala Bordignon (2009), o planejamento municipal deve constituir um processo político construído coletivamente; contudo, a análise desenvolvida neste estudo evidencia que essa perspectiva convive com mecanismos de monitoramento cada vez mais orientados pela lógica da avaliação de resultados.

Assim, o monitoramento dos PMEs ultrapassa a condição de etapa administrativa da política educacional para constituir um espaço de disputa entre racionalidades distintas, no qual princípios da gestão democrática coexistem com mecanismos de regulação gerencial que orientam a implementação das políticas públicas.

1.2 ESTADO AVALIADOR E NOVA GESTÃO PÚBLICA: A REDEFINIÇÃO DA REGULAÇÃO EDUCACIONAL

A expansão dos mecanismos de monitoramento observada nos Planos Municipais de Educação (PMEs) insere-se em um movimento mais amplo de reconfiguração da atuação do Estado, impulsionado pelas reformas inspiradas na Nova Gestão Pública. Nessa perspectiva, princípios como eficiência, desempenho, produtividade e accountability passam a orientar a administração pública, incorporando à educação práticas típicas da gestão empresarial.

Mais do que introduzir novos instrumentos administrativos, esse processo redefine os mecanismos de regulação das políticas educacionais. Conforme Afonso (2000), a consolidação do Estado Avaliador desloca o foco do controle estatal para a avaliação permanente dos resultados produzidos pelos sistemas de ensino. Indicadores, rankings e metas deixam de exercer função meramente informativa e passam a orientar prioridades administrativas e processos de responsabilização.

Essa transformação é aprofundada pela Nova Gestão Pública, cujas matrizes normativas, segundo Saraiva (2020), reorganizam a relação entre Estado e educação ao conferir centralidade à mensuração do desempenho como principal parâmetro de qualidade. Embora apresentada como estratégia para elevar a eficiência e enfrentar desigualdades educacionais, essa lógica tende a privilegiar dimensões passíveis de quantificação, reduzindo a complexidade das políticas públicas à análise de indicadores de desempenho.

Os documentos examinados nesta pesquisa evidenciam a incorporação dessa racionalidade aos processos de monitoramento dos PMEs. A centralidade atribuída aos indicadores demonstra que a avaliação da qualidade educacional passa a ser orientada prioritariamente pelos resultados mensuráveis, em consonância com as análises de Afonso (2000) e Saraiva (2020). Nessa perspectiva, a incorporação da lógica empresarial à educação, conforme argumenta Freitas (2018), amplia mecanismos de responsabilização e desloca o debate das condições materiais de oferta da educação para a capacidade dos sistemas de produzir resultados. Como consequência, questões estruturais relacionadas ao financiamento, à infraestrutura e às desigualdades territoriais tendem a ocupar posição secundária nos processos de avaliação.

Assim, a avaliação deixa de constituir apenas um instrumento de acompanhamento das políticas públicas para assumir papel central na regulação educacional, reorganizando prioridades, redefinindo critérios de qualidade e ampliando mecanismos de responsabilização dos sistemas de ensino.

1.3 TRABALHO DOCENTE E A INTENSIFICAÇÃO DA REGULAÇÃO

As transformações observadas nos mecanismos de regulação repercutem diretamente sobre o trabalho docente. A ampliação dos processos de monitoramento faz com que os professores assumam responsabilidades que extrapolam as atividades próprias da docência, incorporando funções relacionadas ao planejamento educacional, à elaboração de relatórios, ao acompanhamento de indicadores e à avaliação das políticas educacionais. A intensificação do trabalho, portanto, não decorre apenas do aumento das tarefas, mas da ampliação das responsabilidades políticas atribuídas aos profissionais da educação.

Essa interpretação dialoga com Antunes (2005), ao evidenciar que as novas formas de organização do trabalho transferem aos trabalhadores funções cada vez mais complexas sem a correspondente ampliação das condições objetivas de sua realização. No campo educacional, Arroyo (2013) observa movimento semelhante ao demonstrar que a atuação docente passou a incorporar demandas administrativas e institucionais que extrapolam o trabalho pedagógico.

Os documentos analisados revelam que esse processo também caracteriza a atuação dos docentes nas Comissões de Monitoramento dos PMEs. Além das atribuições pedagógicas, esses profissionais assumem responsabilidades relacionadas à produção de diagnósticos, interpretação de indicadores, elaboração de relatórios e acompanhamento de metas cuja efetivação depende de fatores estruturais sobre os quais possuem reduzida capacidade de intervenção. O monitoramento configura-se, assim, como expressão da intensificação do trabalho político-administrativo docente, uma vez que amplia responsabilidades sem ampliar, na mesma proporção, a capacidade de decisão sobre as condições que determinam o cumprimento das metas.

É nesse contexto que a categoria gestão da escassez assume centralidade na interpretação dos achados da pesquisa. A análise documental evidencia que os docentes participantes das Comissões de Monitoramento passam a administrar permanentemente as contradições entre as metas estabelecidas pelos PMEs e as limitações impostas pelo financiamento público, pela infraestrutura escolar e pelas prioridades governamentais. Dessa forma, o monitoramento deixa de representar apenas um procedimento técnico de acompanhamento para constituir um mecanismo contemporâneo de regulação que reorganiza o trabalho docente e amplia os processos de responsabilização dos profissionais da educação.

Descrever a contextualização, questão de pesquisa e justificativa da pesquisa fonte Times New Roman 12, espaçamento entre linhas 1,5. No máximo são **8 autores**, caso o artigo tenha mais do que isso, deve entrar em contato com a revista para perguntar sobre a taxa extra de adição de mais um autor.

Com relação a quantidade de páginas, no máximo 20 páginas, já considerando as referências. Os trabalhos podem ser redigidos em Português, Inglês e Espanhol.

No final da introdução, os objetivos do trabalho devem ser claramente delineados, de forma específica e mensurável. Caso deseje, é possível criar um subitem exclusivo para o objetivo. Além disso, é fundamental que sejam formulados de maneira alcançável, garantindo que o leitor compreenda completamente o escopo do estudo e o que será abordado e avaliado.

2 METODOLOGIA

A pesquisa fundamenta-se no Materialismo Histórico-Dialético, compreendido como referencial capaz de analisar os fenômenos sociais em sua historicidade, totalidade e caráter contraditório. Em diálogo com essa perspectiva, a Pedagogia Histórico-Crítica orienta a compreensão dos PMEs como mediações políticas que expressam projetos distintos de gestão, financiamento e garantia do direito à educação (Saviani, 2013).

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza documental, a opção por esse delineamento decorre da compreensão de que os documentos oficiais constituem produções histórico-sociais capazes de revelar não apenas orientações normativas, mas também concepções de política pública, mecanismos de regulação e estratégias institucionais de gestão. O corpus da pesquisa é composto pelos Planos Municipais de Educação e pelos respectivos Relatórios de Monitoramento produzidos pelas Comissões de Monitoramento e Avaliação dos municípios de Teixeira de Freitas, Medeiros Neto e Jucuruçu entre 2018 e 2023. A escolha desses municípios decorre de suas diferentes capacidades administrativas e populacionais, possibilitando análise comparativa em um mesmo território de identidade.

Após a coleta, os documentos foram organizados, catalogados e sistematizados em um banco de análise estruturado por município, período, metas e evidências identificadas. O tratamento do material empírico ocorreu por meio da Análise de Conteúdo de Bardin (2016), desenvolvida nas etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

Na pré-análise procedeu-se à leitura flutuante de todos os documentos, à organização do corpus e à definição das unidades de registro relacionadas ao monitoramento das metas educacionais. A etapa seguinte consistiu na exploração do material mediante codificação e categorização temática, permitindo identificar regularidades, recorrências e ausências presentes nos documentos examinados. Finalmente, os resultados foram interpretados à luz do referencial teórico adotado, buscando compreender as relações entre os processos de monitoramento, a racionalidade gerencial e a reorganização do trabalho docente.

As categorias analíticas foram consolidadas no diálogo entre teoria e empiria, resultando em quatro categorias centrais: regulação educacional, gestão por resultados, trabalho político-administrativo docente e gestão da escassez. Essas categorias possibilitaram interpretar os documentos para além de seu conteúdo explícito, evidenciando as contradições existentes entre o planejamento democrático proposto pelos PMEs e os mecanismos de regulação introduzidos pela Nova Gestão Pública.

Assim, a Análise de Conteúdo não foi utilizada apenas como técnica de organização dos documentos, mas como procedimento interpretativo articulado ao Materialismo Histórico-Dialético, permitindo compreender os sentidos produzidos nos processos de monitoramento e suas implicações para o trabalho docente e para a efetivação do direito à educação nos municípios investigados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 OS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NO EXTREMO SUL DA BAHIA: ENTRE O PLANEJAMENTO DEMOCRÁTICO E A REGULAÇÃO GERENCIAL

A análise dos Planos Municipais de Educação e dos respectivos relatórios de monitoramento dos municípios de Teixeira de Freitas, Medeiros Neto e Jucuruçu evidencia que a implementação dos PMEs ultrapassa um procedimento técnico de acompanhamento de metas. O monitoramento configura-se como espaço de produção de sentidos sobre a política educacional, no qual coexistem princípios da gestão democrática e mecanismos de regulação associados à Nova Gestão Pública.

Apesar das diferenças de porte populacional e capacidade administrativa entre os municípios, a análise comparativa identificou regularidades significativas. Em todos os casos, o monitoramento organiza-se prioritariamente em torno da produção de indicadores e da sistematização de informações voltadas ao cumprimento das metas. Tal recorrência demonstra que a lógica avaliativa assume centralidade na implementação dos PMEs, enquanto desafios estruturais relacionados ao financiamento, à expansão da Educação Infantil e às desigualdades territoriais permanecem condicionando a efetivação das políticas educacionais.

3.2 A CENTRALIDADE DA META 7: QUANDO O DESEMPENHO PASSA A ORIENTAR A POLÍTICA EDUCACIONAL

A leitura dos relatórios de monitoramento revelou que a Meta 7 ocupa posição central nas ações desenvolvidas pelas Comissões de Monitoramento. A recorrência de indicadores relacionados ao rendimento escolar, às avaliações externas e aos índices oficiais de desempenho demonstra que o acompanhamento das políticas municipais concentra-se naquilo que pode ser medido, comparado e monitorado periodicamente.

Essa predominância expressa uma mudança na forma de regulação das políticas educacionais. A qualidade da educação passa a ser progressivamente associada à produção de resultados mensuráveis, reforçando mecanismos característicos do Estado Avaliador (AFONSO, 2000). Em consonância com Saraiva (2020), os documentos revelam que a lógica da eficiência não elimina o compromisso formal com a democratização da educação; entretanto, reorganiza os critérios pelos quais

as políticas passam a ser avaliadas. Assim, indicadores de desempenho tornam-se referências privilegiadas para demonstrar a efetividade da gestão, enquanto aspectos relacionados às desigualdades estruturais permanecem em segundo plano.

A interpretação do corpus permite afirmar que a centralidade da Meta 7 decorre menos de sua relevância pedagógica do que da racionalidade gerencial que orienta o monitoramento. Como observa Freitas (2018), a avaliação tende a deslocar o debate das condições concretas de oferta da educação para a produção de resultados capazes de legitimar a gestão educacional.

3.3 A META 1 E OS LIMITES ESTRUTURAIS DA POLÍTICA EDUCACIONAL

Em contraste com a Meta 7, a análise documental demonstra que a implementação da Meta 1 permanece condicionada a fatores estruturais, como financiamento, infraestrutura e ampliação da rede de atendimento. Embora os PMEs reconheçam a expansão da Educação Infantil como prioridade, sua efetivação depende de condições que extrapolam a atuação das Comissões de Monitoramento. Diferentemente dos indicadores de desempenho, cuja evolução pode ser acompanhada por sistemas consolidados de avaliação, o cumprimento da Meta 1 depende de transformações estruturais que exigem maior capacidade de investimento público.

Essa diferença evidencia uma das principais contradições identificadas na pesquisa. Enquanto a lógica gerencial favorece metas continuamente mensuráveis, aquelas que exigem investimentos estruturais apresentam menor visibilidade nos processos de monitoramento. A análise reforça a compreensão de Dourado (2017) de que planejamento, financiamento e gestão democrática são dimensões indissociáveis. Assim, as dificuldades observadas no instrumentos de regulação decorrem menos da capacidade técnica dos sistemas municipais e mais das limitações estruturais que condicionam a implementação das políticas educacionais.

3.4 O TRABALHO POLÍTICO DOS DOCENTES NAS COMISSÕES DE MONITORAMENTO

O principal achado da pesquisa refere-se ao trabalho desenvolvido pelos docentes integrantes das Comissões de Monitoramento. A análise documental evidencia que esses profissionais assumem responsabilidades relacionadas ao planejamento educacional, à produção de informações, à interpretação de indicadores e ao acompanhamento das metas, ampliando significativamente o escopo de sua atuação. Nesse sentido, os professores deixam de atuar exclusivamente como executores das políticas públicas e passam a participar da produção dos instrumentos que sustentam os processos contemporâneos de regulação educacional.

Entretanto, os documentos também revelam uma contradição central: embora responsáveis pelo monitoramento das metas, os docentes não dispõem de autonomia para alterar fatores estruturais, como financiamento, infraestrutura e prioridades governamentais. A eles é atribuída a gestão de resultados cuja concretização depende de decisões externas às Comissões.

É nesse contexto que emerge a categoria gestão da escassez, principal contribuição analítica deste estudo. Os professores passam a administrar permanentemente as contradições entre metas formalmente estabelecidas e condições concretas de sua implementação, configurando uma forma contemporânea de intensificação do trabalho político-administrativo docente. As Comissões de Monitoramento revelam-se, assim, espaços simultaneamente democráticos e regulatórios. Democráticos porque ampliam a participação de diferentes sujeitos na avaliação das políticas públicas; regulatórios porque incorporam mecanismos de controle, responsabilização e produção permanente de indicadores, nos quais participação, controle e responsabilização coexistem como dimensões da regulação educacional.

Os resultados e discussões de um artigo devem ser apresentados de maneira clara e organizada, com base nos dados coletados e nas análises realizadas durante o estudo. Inicialmente, os resultados devem ser apresentados de forma objetiva e concisa, utilizando tabelas, gráficos e estatísticas, se aplicável, para destacar as principais descobertas. Em seguida, na seção de discussão, os resultados são interpretados à luz da literatura existente, destacando semelhanças, diferenças e implicações para a teoria e prática.

Além disso, são discutidas as limitações do estudo e possíveis direções para pesquisas futuras. É fundamental que tanto os resultados quanto a discussão sejam fundamentados em evidências sólidas e que contribuam significativamente para o avanço do conhecimento sobre o tema abordado.

4 CONCLUSÃO

O presente estudo analisou a atuação das Comissões de Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação nos municípios de Teixeira de Freitas, Medeiros Neto e Jucuruçu, buscando compreender como os processos contemporâneos de regulação educacional reconfiguram o planejamento das políticas públicas e o trabalho desenvolvido pelos docentes.

A análise documental demonstrou que o monitoramento dos PMEs ultrapassa sua dimensão técnico-administrativa e constitui um mecanismo de regulação que reorganiza prioridades institucionais, orienta o acompanhamento das políticas públicas e amplia processos de responsabilização. Os resultados evidenciam que a lógica do monitoramento privilegia indicadores de desempenho, especialmente os relacionados à Meta 7, enquanto políticas dependentes de

investimentos estruturais, como a Meta 1, permanecem condicionadas ao financiamento público e às desigualdades territoriais.

Essa assimetria revela uma inflexão importante na regulação educacional contemporânea. O monitoramento passa a privilegiar aquilo que pode ser mensurado, deslocando o debate das condições objetivas de garantia do direito à educação para a demonstração de resultados institucionais.

A principal contribuição da pesquisa consiste em evidenciar que os docentes participantes das Comissões de Monitoramento assumem um trabalho de natureza político-administrativa, produzindo diagnósticos, interpretando indicadores e acompanhando metas cuja efetivação depende de fatores estruturais alheios à sua capacidade de decisão. Nesse contexto, a categoria gestão da escassez sintetiza a condição desses profissionais, chamados a administrar permanentemente as contradições entre o planejamento educacional e os limites materiais dos sistemas municipais de ensino.

As evidências produzidas reforçam que os Planos Municipais de Educação permanecem como instrumentos relevantes de democratização do planejamento educacional, mas sua efetividade depende da articulação entre planejamento, financiamento, participação social e valorização do trabalho docente. Quando essas dimensões não se articulam, o monitoramento tende a assumir características predominantemente gerenciais, reduzindo o potencial transformador dos PMEs.

Espera-se que este estudo contribua para o debate sobre a regulação das políticas educacionais ao evidenciar as tensões entre gestão democrática e racionalidade gerencial, bem como ao ampliar a compreensão acerca do trabalho político desempenhado pelos docentes nas Comissões de Monitoramento.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Januário. Estado, políticas educacionais e avaliação. Porto: Porto Editora, 2000.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARROYO, Miguel Gonzales. Ofício de mestre: imagens e autoimagens. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

ARROYO, Miguel Gonzales. Gestão da educação com justiça social: que gestão dos injustiçados? Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 768-788, maio/ago. 2020.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BORDIGNON, Genuíno. Gestão da educação municipal: sistema, conselho e plano. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

DOURADO, Luiz Fernandes. Diretrizes Curriculares Nacionais, Plano Nacional de Educação e gestão democrática. Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n. 21, p. 49-60, jan./jun. 2017.

FREITAS, Luiz Carlos de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

SARAIVA, Ana Maria Alves. As matrizes normativas da Nova Gestão Pública e o enfrentamento das desigualdades educacionais. Revista Educação em Questão, Natal, v. 58, n. 56, p. 1-22, abr./jun. 2020.

SAVIANI, Dermeval. A pedagogia no Brasil: história e teoria. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.